

MUSEU-NAVIO BAURU E AS EXPOSIÇÕES ITINERANTES: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA

Joanna de Assis Patroclo¹

Resumo: Este artigo explora as relações entre museologia, patrimônio, documentação e informação no contexto das exposições itinerantes realizadas em meios de transporte adaptados, como trens, barcos e caminhões. Por meio de revisão bibliográfica e análise de estudos de caso, com destaque para o *Museu-Navio Bauru*, o estudo demonstra como esses conceitos se articulam para democratizar o acesso ao patrimônio cultural e científico. Os processos de musealização e patrimonialização são fundamentais para atribuir valor aos objetos, transformando-os em bens culturais, mesmo quando expostos fora dos espaços tradicionais dos museus. A documentação desempenha um papel essencial na preservação e gestão dos acervos, especialmente nas exposições itinerantes, onde os objetos estão sujeitos a variações ambientais. Estratégias de comunicação, como painéis interativos e atividades educativas, ampliam o engajamento e a compreensão do público. O *Museu-Navio Bauru* exemplifica como as exposições itinerantes podem funcionar como testemunhos históricos e ferramentas educativas, promovendo uma conexão mais profunda entre as comunidades e seu patrimônio.

Palavras-chave: Exposições Itinerantes. Musealização. Patrimônio Cultural. Documentação Museológica.

MUSEU-NAVIO BAURU AND ITINERANT EXHIBITIONS: HISTORICAL HERITAGE, DOCUMENTATION, AND MUSEOLOGICAL COMMUNICATION

Abstract: This article explores the relationship between museology, heritage, documentation, and information in the context of traveling exhibitions using adapted transport means, such as trains, boats, and trucks. Through a literature review and case study analysis, particularly focusing on the *Museu-Navio Bauru*, the study highlights how these concepts intertwine to democratize access to cultural and scientific heritage. The processes of musealization and patrimonialization are crucial for attributing value to objects, transforming them into cultural assets, even when displayed outside traditional museum settings. Documentation plays a vital role in preserving and managing collections, especially in traveling exhibitions, where objects are exposed to environmental variations. Communication strategies, such as interactive panels and educational activities, enhance public engagement and understanding. The *Museu-Navio Bauru* exemplifies how traveling exhibitions can serve as both historical testimonies and educational tools, fostering a deeper connection between communities and their heritage.

Keywords: Traveling Exhibitions. Musealization. Cultural Heritage. Museum. Documentation.

¹ Graduada e Mestre em museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio.

Introdução

O conceito de itinerância evoluiu em consonância com a própria área da Museologia. Inicialmente, funcionava de maneira restrita, por meio do empréstimo de peças entre museus de grande e pequeno porte, especialmente aqueles localizados em regiões distantes dos grandes centros urbanos.

Como aponta Xavier (2012), com o passar do tempo, essa metodologia de itinerância museu-museu foi alterada devido a um processo de abertura das instituições museológicas. Esse processo permitiu que as coleções extrapolassem os espaços internos dos museus e passassem a ser exibidas em locais como sindicatos, associações de moradores, escolas, centros culturais e espaços públicos, como praças e parques. A partir desse movimento, consolidou-se o conceito de exposições itinerantes, que será discutido no presente trabalho, com ênfase naquelas montadas em meios de transporte adaptados, como trens, barcos, caminhões e carretas. Essas modalidades surgiram como alternativa para levar coleções a locais desprovidos de infraestrutura para receber exposições convencionais.

O primeiro exemplo de itinerância museológica ocorreu no final do século XIX, com o *Victoria and Albert Museum*, em Londres, que realizava empréstimos de obras para museus menores. Com o fim da guerra, em 1945, os museus europeus passaram a se preocupar mais com o potencial educativo de suas coleções, buscando estratégias para torná-las acessíveis a públicos geograficamente e socioculturalmente distantes desses acervos. Nesse contexto, a itinerância passou a ser abordada em diversas publicações da UNESCO, incluindo uma edição da revista *Museum* (vol. III, n.º 4, 1950), integralmente dedicada ao tema na qual em um dos artigos, foi apresentada uma cartilha sugerindo o uso de unidades móveis para levar exposições a museus sem infraestrutura adequada para receber uma exposição.

Entre 1950 e 1958, a UNESCO organizou cinco exposições itinerantes que percorreram vários países do continente asiático e foram projetadas em unidades móveis. Na América Latina, as múltiplas possibilidades que o formato expositivo oferece foi abordado pela primeira vez em um seminário regional da UNESCO, sobre o papel educativo dos museus, realizado no Rio de Janeiro em 1958. Vale ressaltar que Georges-Henri Rivière, então Diretor Geral do ICOM, sugeriu na ocasião, a criação de um museu

flutuante para a região amazônica, como alternativa para desenvolver ações educativas em comunidades carentes (Scheiner, 2012).

No Brasil, os primeiros exemplos de exposições itinerantes utilizando unidades móveis incluem a iniciativa do biólogo, ornitólogo e taxidermista José Hidaci, que em 1965, montou em seu carro a exposição “Curiosidades da Natureza” e tinha como enfoque a popularização das ciências biológicas. Também se destaca a exposição “Memória Carris”, inaugurada em 1989 e que utiliza um antigo ônibus da empresa de transporte Carris e conta a história do transporte urbano em Porto Alegre.

Diante disso, este estudo busca entender como os conceitos de museologia, patrimônio, documentação e informação se aplicam às exposições itinerantes realizadas em meios de transporte. O objetivo é compreender como essas exposições são estruturados, os desafios que enfrentam e de que forma contribuem para a difusão e preservação do patrimônio cultural. A pesquisa se foca no exemplo do Navio-Museu Bauru, que itinerou pelos portos brasileiros entre 1983 e 1988, cuja experiência será analisada no presente artigo².

Para responder às questões aqui propostas, utilizamos uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise de estudos de caso. Foram consultados livros, artigos acadêmicos e documentos institucionais sobre museologia, itinerância museológica e documentação de acervos móveis. Também analisamos exemplos concretos de exposições itinerantes, com foco especial nas iniciativas de universidades e instituições públicas no Brasil. Ao comparar essas experiências, buscamos identificar padrões, desafios e boas práticas que possam servir de referência para futuros projetos.

Com esta pesquisa, esperamos contribuir para o debate acadêmico sobre exposições itinerantes, destacando tanto suas potencialidades quanto seus desafios. Mais do que isso, queremos reforçar a importância desse modelo como ferramenta de democratização da cultura e incentivar novas iniciativas que ampliem seu alcance e impacto na sociedade.

² Este trabalho é parte das reflexões geradas ao longo do curso de Mestrado em Museologia da UNIRIO.

1. Musealização e Patrimonialização no Contexto das Exposições Itinerantes

A musealização e a patrimonialização são processos fundamentais para a atribuição de valor aos objetos, transformando-os em bens culturais. No contexto das exposições itinerantes, esses métodos assumem um papel crucial, pois permitem que objetos e coleções sejam reconhecidos como patrimônio mesmo quando expostos fora do ambiente tradicional dos museus.

No caso das exposições itinerantes em unidades móveis, como trens, barcos e ônibus, estes processos são essenciais para garantir que os objetos expostos sejam compreendidos como sendo patrimônio cultural e científico. Por exemplo, o Museu Navio Bauru, além de ser um objeto histórico, foi musealizado e transformado em uma exposição itinerante, viajando para diversos portos brasileiros. Esse processo de musealização e patrimonialização permitiu que o navio fosse reconhecido como um símbolo da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, integrando-se ao patrimônio histórico e cultural da Marinha do Brasil.

Além disso, a patrimonialização de bens imateriais, como práticas culturais e conhecimentos tradicionais, também é relevante no contexto das exposições itinerantes. A UNESCO (2003) define o patrimônio imaterial como práticas, representações e conhecimentos reconhecidos pelas comunidades como parte integrante de sua cultura. Nas exposições itinerantes, a valorização desses bens imateriais pode ser tão importante quanto à preservação de bens materiais, especialmente em comunidades que não têm acesso a museus tradicionais.

Segundo Grigoletto (2012), é importante compreender os critérios de como os bens são processados em instituições preservacionistas, pois esses são os agentes que agregam valores. Os objetos não geram os patrimônios, isso ocorre dentro de uma instituição e é um produto de conhecimento científico, essa informação que permite o processo de patrimonialização. Desta forma a autora afirma que “Os documentos, a informação materializada institucionalmente, são recursos primordiais para revelação de campos de força que geram ou são representações de práticas sociais e culturais concretas.” (Grigoletto, 2012, p. 60).

O Código de Ética do ICOM³ aborda patrimônio musealizado como um modelo de apropriação tutelar e qualificação de excepcionalidade atribuída ao Bem, enquanto Desvallées e Mairesse defendem que o campo museológico é patrimonializador, na medida em que “tudo que é musealizado é patrimonializado, mas tudo que é patrimonializado não é musealizado” (Desvallées, Mairesse, 2011, p.254 *apud* Lima, 2014, p. 4341). As autoras ressaltam no artigo que o principal objetivo destes procedimentos é preservar o Bem. Essa ideia preservacional engloba o contexto informacional, além da materialidade do objeto.

É necessário frisar que ambos os métodos são exclusivamente para bens materiais, práticas imateriais também são contempladas, a UNESCO define os bens de natureza imaterial como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2003, p. 02)

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215⁴ e 216⁵ reconhece a existência de bens culturais de natureza imaterial, estes estão inseridos em mais de uma categoria como define Lima:

Com o plano da intangibilidade, os bens tangíveis que tradicionalmente têm sido objeto de tombamento no Brasil e de proteção assemelhada no exterior, agora agregam a inserção em dois planos da representação museológica-patrimonial: incluem-se tanto nos inventários oficiais do material quanto se podem incluir no imaterial (Lima, 2016, p. 09).

³ O Código de ética do ICOM (Conselho Internacional de Museus) é um documento que estipula padrões mínimos a serem seguidos pelos profissionais e por instituições museológicas filiadas a este Conselho.

⁴ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

⁵ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

A autora ainda cita o decreto nº. 3.551/2000 para definir que:

“patrimônio cultural brasileiro” constitui-se de “Saberes”, os “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”; “Celebrações”, os “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social”; “Formas de Expressão”, modalidades “musicais, plásticas, cênicas e lúdicas”; “Lugares” como os “mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas” (Art.1. §I, II, III, IV *apud* Lima. 2016. p. 07).

Diante do exposto, a interseção entre patrimônio material e imaterial reforça a necessidade de estratégias eficazes para registro e preservação, garantindo que esses bens culturais sejam documentados e acessíveis. Nesse sentido, a documentação museológica desempenha um papel essencial ao organizar, catalogar e sistematizar informações sobre os acervos, assegurando sua integridade e permitindo sua difusão. Para compreender melhor esse processo, é fundamental explorar o conceito e a importância da documentação museológica dentro do campo da museologia.

2. Documentação Museológica e Informação nas Exposições Itinerantes

Campo de aplicação da Museologia, a Documentação Museológica é definida por Helena Dodd Ferrez como:

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (Ferrez, 1994, p. 65).

A documentação museológica também se enquadra como um sistema de recuperação de informação, sendo as coleções dos museus fontes de informações, e, por conseguinte, fontes de pesquisa científica. Ferrez (1994) define duas classificações de informações contidas em um objeto: as intrínsecas, deduzidas do próprio objeto e que são definidas através da análise de suas propriedades físicas; e as extrínsecas.

Elas nos permitem conhecer os contextos nos quais os objetos existiram, funcionaram e adquiriram significado e geralmente são

fornecidas quando da entrada dos objetos no museu e/ ou através das fontes bibliográficas e documentais existentes (Ferrez, 1994, p. 65).

Quanto à categorização da informação, encontramos três aspectos: As propriedades físicas do objeto (sua composição material, construção técnica e morfologia), função e significado e história (sua gênese, seu uso e seu histórico de conservação).

Já acerca dos Sistemas de Documentação Museológica, eles são elaborados para a conservação, maximização de acesso aos itens e maximização de uso de suas informações. Estes sistemas estabelecem contato entre as fontes de informações, os itens e os usuários e são compostos dos seguintes elementos: entrada (seleção e aquisição); organização e controle (registro, número de identificação/marcação, armazenagem/localização, classificação/catalogação, indexação) e saídas (recuperação e disseminação). Desta maneira, o museólogo faz uma intermediação entre os indivíduos e o acervo. As fichas dos acervos devem estar sempre em constante atualização para que armazenem corretamente o percurso do objeto após o processo de musealização.

Ao entrar para o contexto museológico, como já vimos, o objeto continua a ter sua vida documentada. Ele muda de lugar, participa de exposições, é restaurado, é referenciado em novas obras bibliográficas, etc., exigindo que o sistema seja permanentemente atualizado ou até mesmo retificado, na medida em que novos dados se tornam disponíveis (Ferrez, 1994, p. 69).

Em uma exposição itinerante, é de extrema importância que as fichas dos objetos estejam sempre atualizadas para que os profissionais responsáveis possam monitorar constantemente o estado de conservação do acervo, já que o mesmo sofre um maior processo de deterioração, uma vez que é exposto mais exposto a variações de temperatura, umidade e iluminação do que os demais. Para que se mantenha o bom estado de conservação, é necessário que o objeto, toda vez que retorne ao museu de origem, seja examinado com cuidado e passe pelos processos de conservação para que, quando necessário, sejam retirados das exposições para a manutenção do bom estado de conservação. Também é necessário que os profissionais encarregados pela seleção do acervo consultem sempre as fichas com o intuito de verificar se os objetos podem passar por estes processos de variação climática, já que museus são compostos por diferentes

tipologias de acervo que possuem diferentes materiais, sendo alguns mais resistentes às referidas variações e outros menos.

A documentação museológica é essencial para a preservação e gestão dos acervos, garantindo que cada objeto tenha seu histórico registrado e possa ser monitorado ao longo do tempo. No caso das exposições itinerantes, esse processo torna-se ainda mais necessário, pois as peças estão constantemente sujeitas a deslocamentos e variações ambientais. Contudo, a documentação não serve apenas para fins de conservação, ela também desempenha importante papel na comunicação museológica. A forma como os objetos são documentados influencia diretamente a construção das narrativas expositivas, auxiliando na seleção de informações relevantes e na criação de estratégias que tornem a exposição mais acessível e envolvente para diferentes públicos.

3. A Comunicação Museológica e as Exposições Itinerantes

Após compreender os processos de documentação e conservação nas exposições itinerantes, é fundamental analisar como os museus utilizam a comunicação para difundir suas coleções e estabelecer um diálogo com o público. A exposição, enquanto ferramenta central desse processo, não se limita à apresentação de objetos, mas envolve a construção de narrativas que contextualizam e tornam o acervo acessível. Segundo os *Conceitos-Chave da Museologia*:

O termo ‘exposição’ significa tanto o resultado da ação de expor, quanto o conjunto daquilo que é exposto e o lugar onde se expõe [...] Ela pode ser organizada em um lugar fechado, mas também a céu aberto (parque ou rua) ou in situ, isto é, sem deslocar os objetos (como no caso de sítios naturais, arqueológicos ou históricos) (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p. 42).

Desta forma as exposições itinerantes se configuram como exposições a céu aberto, no qual o meio de transporte se instala no local que irá receber a exposição e pode ser montada tanto no interior do veículo e em muitos casos, por causa do espaço diminuto, também são montadas na parte de fora do veículo.

Xavier (2012) pontua que as unidades móveis de exposição muito satisfizeram os diretores e gestores de museus, já que sua utilização permitia alcançar locais distantes que não possuíam infraestrutura apropriada para receber uma exposição itinerante. Além

disso, o fato de o espaço expositivo ser o caminhão, não gerava a necessidade de alterar a expografia a cada local que o museu visitasse.

A segurança do acervo em exposições itinerantes era de grande preocupação e, pensando nisso, a UNESCO produziu dois manuais, um em 1953 e outro em 1963, nos quais aborda assuntos relacionados ao acondicionamento, montagem e desmontagem do acervo que a ser exposto. Nestes manuais a UNESCO aconselha a utilização de embalagens padronizadas para acondicionamento do acervo, seguro de peças e treinamento de pessoal.

Um problema a ser destacado nesse tipo de exposição, é a falta de espaço dentro dos veículos, que, tipicamente, culminava na falta de mobilidade dos visitantes na exposição. Para acabar com este obstáculo, o arquiteto Beer, especialista em museus móveis foi contratado pela UNESCO na década de 1950, para projetar um protótipo de veículo que permitisse um maior fluxo no circuito de visita para público visitante, que também permitisse ao museu inovar as fórmulas de exposição para que não fossem sempre realizadas da mesma forma.

Em 1954, Beer (Fig. 1) projetou um modelo que triplicava o espaço do veículo, já que possuía um sistema de expansão que era fabricado pela empresa *Expandable Vehicles Ltda de Londres* e permitia que a unidade fosse montada em cerca de duas horas, e que não necessitava do trabalho manual de muitas pessoas (Xavier, 2012). As exposições itinerantes carregam em si um ambiente de aprendizagem com atividades educativas que podem ser utilizadas no ambiente interno do meio de transporte que é utilizado na exposição (seja ele um barco, um trem, carreta adapta, ônibus etc), ou podem também ser montadas em parte dentro do veículo e parte fora dele. Nesta tipologia expositiva os veículos se configuram como meio de transporte e parte integrante do processo expositivo.

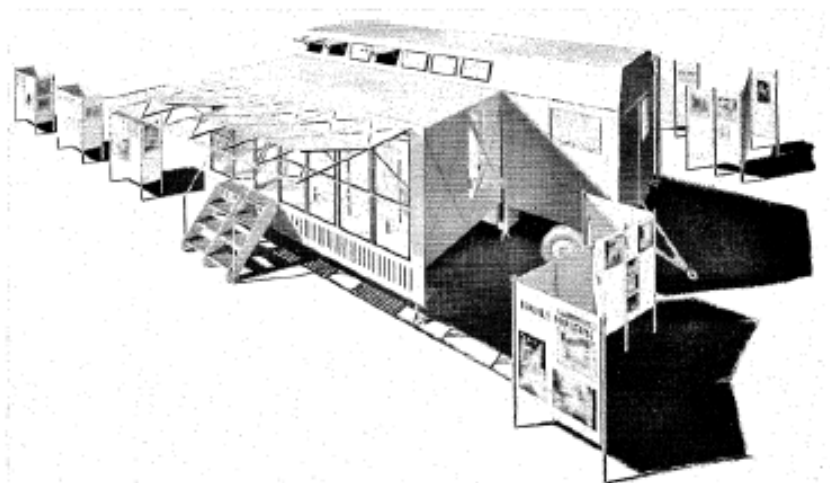


Fig. 1 - Protótipo de caminhão expansível de Beer. Fonte: Xavier (2012, p. 81).

4. Estudo de Caso: O Museu-Navio Bauru

Pode-se citar como exemplo para os conceitos descritos acima o Museu-Navio Bauru (Fig. 2), embarcação construída nos Estados Unidos que tornou-se propriedade brasileira em 1944. Ele representa a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, considerado símbolo nacionalista de vitória. Ele ainda alcança o *status* de Bem Cultural. Em 1981-1982, foi transformado em Navio-Museu, sendo musealizado como Monumento Histórico e caracterizando-se como Patrimônio Cultural, Histórico, de Engenharia Naval e Militar.



Fig. 2 - Navio Museu Bauru. Fonte: Blog Vamos por aí⁶

⁶ <<https://vamosporai.com/viagens-pelo-brasil/sudeste/rio-de-janeiro/espaco-cultural-marinha/>> Acesso: 15 de dezembro de 2024.

Entendendo a Musealização como “operação destinada a extrair, fisicamente e conceitualmente, uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem e dar-lhe status museológico” (Lima e Novaes, 2011), o Navio CTE Bauru, pode ser compreendido sob três aspectos: testemunho, representando a participação da Marinha Brasileira na Guerra; lugar, um espaço simbolizado; e, por último, espaço informacional ou comunicacional, através de suas características como equipamento histórico, sobretudo no que tange a exposição museológica.

A justificativa para a utilização do Museu flutuante se justifica no presente trabalho, pois:

[...] no início de sua vida como Navio-Museu, o Bauru se transformou em exposição itinerante. Rebocado viajava para outros portos brasileiros. Conforme informações do site oficial da Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha foram deslocamentos realizados para os portos de Salvador (1983; 1988); Santos (1983; 1985; 1987; 1988; 1989; 1990); São Sebastião-SP (1984); Vitória-ES (1985; 1986; 1988); Rio Grande-RS (1987), Porto Alegre (1987); Aratu-BA (1988) e Angra dos Reis (1988). (Novaes, 2011, p. 56)

Neste caso o museu barco além de abrigar uma exposição itinerante ele também é um objeto histórico de importância relevante para a história do país pois, conforme já dito, a representação do Navio Bauru para o Brasil, funciona como objeto testemunho, no contexto da 2ª Guerra Mundial, em termos de tecnologia naval e de táticas de guerra (Novaes, 2011).

O Simbolismo do Navio-Museu Bauru acompanha seu processo de musealização:

Nessa conformação, o navio Bauru, Patrimônio musealizado, pode ser compreendido sob três aspectos integrados: testemunho; lugar (—um espaço fortemente simbolizado 23) e espaço informacional e comunicacional. Deste modo, 1. Testemunho - tem o —poder da prova, —com potência de comprovação (LIMA, 2008), documento da história da Marinha do Brasil na 2ª Guerra Mundial; 2. Lugar - espaço no qual —podemos ler, em parte ou em sua totalidade, a identidade dos que a ocupam, as relações que mantêm e a história que compartilham. 24 3. Espaço informacional e comunicacional - pela visita pública a um equipamento histórico e, sobretudo, sob o foco de uma exposição museológica (Novaes, 2011, p. 17).

Sendo assim, é possível afirmar que o caso do Navio-Museu difere de outras exposições itinerantes, pois o meio de transporte é musealizado, conferindo a ele o

atributo de lugar, quando na maior parte dos casos de exposições itinerantes no Brasil, o transporte da exposição não é musealizado⁷. O caso do Museu-Navio Bauru é importante para delinear as relações entre as exposições itinerantes sob o modelo de documentação museológica, tendo por base o modelo conceitual de Peter Van Mensh. E para tanto, devem ser analisados três pontos principais: as propriedades físicas do objeto, sua função e significado e sua história.

Nesta nova abordagem, a exposição abrigaria, além do navio, seu espaço externo, excedendo as informações, mas não limitando-as aos assuntos referentes apenas ao navio, criando assim uma recepção de diálogo com os outros equipamentos e ampliando o entendimento do público. Esta exposição buscaria, com cinco propostas principais (acolhimento, reconhecimento, imersão, envolvimento e exploração), uma leitura do Navio-Bauru como objeto musealizado e integrante do patrimônio histórico-cultural da Marinha.

Desta maneira, o visitante compreenderia seus aspectos como objeto simbólico, testemunho e lugar de rememoração, além de um espaço informacional e comunicacional.

5. Considerações Finais

O presente trabalho buscou analisar as relações entre museologia, patrimônio, documentação e informação, no contexto das exposições itinerantes realizadas em meios de transporte, com destaque para o estudo de caso do Museu-Navio Bauru. A partir da revisão bibliográfica e da análise de exemplos concretos, foi possível compreender como esses conceitos se articulam e se complementam, contribuindo para a democratização do acesso ao patrimônio cultural e científico.

A musealização e a patrimonialização mostraram-se processos essenciais para a atribuição de valor aos objetos, transformando-os em bens culturais reconhecidos pela sociedade. No caso das exposições itinerantes, esses processos permitem que coleções e objetos sejam expostos fora dos espaços tradicionais dos museus, alcançando públicos que, de outra forma, não teriam acesso a esses acervos. O exemplo do Museu-Navio

⁷ Informações retiradas do Guia de Museus e Centros de Ciência da América Latina e Caribe. Atualmente este guia é o único que possui levantamento detalhado das exposições itinerantes que ocorrem em meios de transporte no Brasil, neste caso apenas as de ciência e tecnologia.

<http://www.museudavida.fiocruz.br/images/Publicacoes_Educacao/PDFs/GuiaAmericaLatinaPortugueG.pdf> Acesso em: 15 de dezembro de 2024.

Bauru ilustra como a musealização pode conferir a um objeto histórico um novo *status* simbólico, integrando-o ao patrimônio nacional e transformando-o em um espaço de comunicação e aprendizado.

A documentação museológica, por sua vez, revelou-se um elemento de suma importância para a preservação e gestão dos acervos, especialmente no contexto das exposições itinerantes, nas quais os objetos estão sujeitos a deslocamentos e variações ambientais. A atualização constante das fichas de acervo e o monitoramento do estado de conservação das peças são práticas indispensáveis para garantir a integridade dos objetos e a qualidade das exposições. Além disso, a documentação influencia diretamente a construção das narrativas expositivas, auxiliando na seleção de informações relevantes e na criação de estratégias que tornem a exposição mais acessível e envolvente para diferentes públicos.

Por fim, a comunicação museológica mostrou-se um eixo central para o sucesso das exposições itinerantes. A combinação de elementos visuais, informativos e interativos, como painéis explicativos, atividades educativas e materiais de apoio, permite estabelecer um diálogo com o público e ampliar o impacto educativo dessas iniciativas. O Museu-Navio Bauru, por exemplo, além de ser um objeto histórico, transformou-se em um espaço informacional e comunicacional, onde os visitantes podem compreender sua importância como testemunho da história da Marinha Brasileira e como patrimônio cultural.

Em síntese, este estudo reforça a importância das exposições itinerantes como ferramentas de democratização da cultura e do conhecimento. Ao levar o patrimônio a locais distantes dos grandes centros urbanos, essas exposições contribuem para a valorização da memória coletiva e para a formação de uma consciência patrimonial mais ampla. Futuras pesquisas poderiam explorar outros casos de exposições itinerantes, buscando identificar boas práticas e desafios comuns, além de propor novas estratégias para ampliar o alcance e o impacto dessas iniciativas na sociedade.

6. Referências

BEER, Abraham. Recent Developments in Mobile Units. **Museum International**, v. 5, n. 3, p. 186-195, 1952.

BEER, Abraham. Musée mobile extensible destiné aux zones arides. **Museum**, v. III, (2). Paris: UNESCO, 1954.

Centros e museus de ciência do Brasil 2015. Rio de Janeiro: **Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência: UFRJ. FCC. Casa da Ciência; Fiocruz. Museu da Vida**, 2015.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

DO BRASIL, Constituição Federal. **Constituição federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de Ensaio**, n. 2, p. 64-74, 1994.

GRIGOLETO, Maira Cristina. Informação e documento: expressão material do patrimônio. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 1, p. 57-69, 2012.

LIMA, Diana FARJALLA CORREIA. Patrimonialização - Musealização: a longa trajetória para a categoria Patrimônio Cultural Imaterial. **TENDÊNCIAS DA PESQUISA BRASILEIRA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, v. 9, p. 1-23, 2016.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização e Patrimonialização: Formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. In: **ENANCIB 2014 (15) - XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 2014**. Anais XV ENANCIB 2014, GT 9 ? Museu, Patrimônio e Informação. Belo Horizonte: ANCIB; PPGCI UFMG, 2014. p. 4335-4355.

NOVAES, Roseane Silva. **Patrimônio Histórico da Marinha sob o olhar museológico: o Navio-Museu Bauru**. 2011, 155 f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

_____; LIMA, Diana Farjalla Correia. **Navio-Museu Bauru e informação: trajetória histórica e musealização sob o foco da documentação museológica**. 2013.

PIERRO, Bruno. **Ciência sobre rodas**. Guia mapeia 32 museus científicos itinerantes no Brasil” ed. 234 (agosto 2015).

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, 2012.

SOARES, Bruno C. Brulon; SCHEINER, Tereza. **A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios ‘comuns’: um ensaio sobre a casa**. 2009.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (1950). **Musées et expositions itinérantes**. **Museum**, vol III, (4). Paris: UNESCO.

XAVIER, Denise. **Museus em movimento: uma análise sobre experiências museológicas itinerantes.** 2013, 151 f. Dissertação de mestrado. - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de Ciências Sociais e Humanas